



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei nº 7197/02
– Medidas Sócio-Educativas a infratores

REQUERIMENTO Nº _____ de 2013

(Do Sr. Abelardo Camarinha)

*Solicita realização de Audiência Pública
nesta comissão para ouvir os familiares de
vítimas de homicídios praticados por
menores de idade.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 24, inciso XIV, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta comissão, que sejam convidados os pais de vítimas que tiveram suas vidas ceifadas por menores de idade, para realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir os relatos dos familiares sobre o tema central desta comissão, quais sejam:

- Rosa Cristina Fernandes Vieites e Elson Lopes Vieites, pais do menino João Hélio, assassinado no Rio de Janeiro no dia 07 de fevereiro de 2007;
- Risleide Moutinho de Souza e Viriato Gomes de Souza, pais da dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, assassinada em São Paulo no dia 25 de abril de 2013;
- Marisa Rita Riello Deppman e José Valdir Deppman, pais do estudante Victor Hugo Deppman, assassinado em São Paulo no dia 09 de abril de 2013;
- Deputada Federal Keiko Ota e seu esposo Masataka Ota, pais do menino Ives Ota, assassinado em São Paulo em 29 de agosto de 1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei nº 7197/02
– Medidas Sócio-Educativas a infratores

- Vereador Ari Friedenbach e sua esposa Márcia Friedenbach, pais da estudante Liana Friedenbach, assassinada com seu namorado, Felipe Caffé, em São Paulo, crime que ocorreu em São Paulo e perdurou de 01 a 05 de novembro de 2003;

- Veronica Capcha Mamani e Yanarico Quiuchaca, pais do menino boliviano Brayan Yanarico Capcha, assassinado em 28 de junho de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

Diuturnamente os brasileiros se apavoram com a notícia de que um crime bárbaro foi cometido por um adolescente, penalmente inimputável nos termos da legislação brasileira. A sociedade clama por posições objetivas das autoridades, de modo que menores criminosos não fiquem impunes enquanto famílias que perderam seus entes queridos, verdadeiros pedaços de si, choram e sofrem por toda a vida.

A requerida audiência pública visa estabelecer um debate acerca do tema, com base nos relatos dados pelos pais convidados, que sofrem a dor de ter perdido de maneira banal e brutal seus filhos para delinquentes protegidos por uma legislação arcaica, que não acompanhou, infelizmente, a evolução dos números de homicídios praticados por menores de 18 anos. É preciso debater o tema não apenas do ponto de vista dos menores infratores, mas principalmente das famílias atingidas por eles, das vidas interrompidas de maneira grotesca. É preciso ouvir a dor dos que clamam por justiça, dos que clamam a proteção de outras famílias, para que não vejam nos semblantes de outros pais a impotência diante do Estado que não defende os direitos humanos das vítimas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei nº 7197/02
– Medidas Sócio-Educativas a infratores

Repetitivo e triste seria explanar as minúcias dos crimes bárbaros que levaram a morte dos filhos dos senhores por esta Comissão Especial convidados, muitos com requintes de crueldade e maldade, praticados por menores infratores aos quais é dado o direito/dever do voto, mas não o dever de privar pelo bem maior de qualquer cidadão, a vida. Porém, a título de elucidação, faremos um breve relato sobre os crimes.

O menino João Hélio, de apenas 6 anos de idade, perdeu sua vida quando o carro em que ele estava com sua mãe foi assaltado. Os assaltantes arrastaram o menino preso ao cinto de segurança pelo lado de fora do veículo. A dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza morreu queimada em um assalto em seu consultório, na Rua Copacabana, no bairro Anchieta, em São Bernardo do Campo, na região do ABC paulista. Três bandidos invadiram o consultório. Ela teria afirmado que não tinha dinheiro para dar aos assaltantes, que então atearam fogo a dentista. Cinthya não resistiu aos ferimentos e morreu.

Depoimento de José Valdir Deppman, pai de Victor Hugo Deppman, dado a vejasport.abril.com.br:

“Cheguei do trabalho por volta das 20 horas. Tomei banho e estava tranquilo, esperando minha mulher fazer o jantar. Às 20h35 em ponto liguei para o Victor. Queria saber se deveríamos esperá-lo. Ele disse que já tinha comido alguma coisa no estágio, na Rede TV!, e que, quando chegasse em casa, trocaria de roupa para ir jogar futebol com os amigos da Faculdade Cásper Líbero, onde estudava rádio e TV. Enquanto jantava com o resto da família, por volta das 20h55, ouvi um barulho. Eu falei que era um tiro, mas a Marisa pensou que fosse alguma bombinha ou rojão estourado na vizinhança. O porteiro tirou a nossa dúvida ao interfonar dizendo que meu caçula tinha sido baleado. Saí de casa imediatamente, mesmo descalço. Como o elevador demorou, fui pela saída de emergência e desci correndo nove andares.

Vimos o Victor deitado na calçada. Havia uma poça grande de sangue. O tiro entrou perto do olho esquerdo e ficou alojado na cabeça. Fizeram os primeiros socorros e ele voltou a respirar. Chegaram quatro viaturas da polícia, mas a ambulância demorou. Eu tinha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei nº 7197/02
– Medidas Sócio-Educativas a infratores

esperança porque o garoto era jovem e praticava esportes. Malhava e jogava futebol, além de ser um santista apaixonado — entrou no estádio da Vila Belmiro quando era pequeno segurando a mão de Robinho.

Recebemos a notícia da morte por volta das 23 horas. O Victor era um menino alegre. Estava com o celular novo, um Samsung Galaxy S2, desde setembro. O que nos revolta é que ele entregou o aparelho e não apresentou resistência. Foi tirar a mochila para dar àquele monstro, e mesmo assim foi assassinado.

Pelas imagens, o bandido aparece primeiro com a arma apontada para a cintura dele. Por crueldade, mudou depois a direção da arma. Matou a troco de nada. Espero que a tragédia do Victor não tenha sido em vão. É preciso diminuir a maioridade penal para 16 anos.

O animal que atirou no meu filho fez isso quando estava prestes a completar 18 anos. Sua passagem pela Fundação Casa significará umas férias de três meses. A vida do Victor valia muito mais do que isso”.

Na manhã de 29 de agosto de 1997, o menino Ives Ota, então com 8 anos de idade, foi sequestrado por três homens enquanto brincava na sala de sua casa. Horas depois, estava morto. Foi assassinado com dois tiros no rosto depois de reconhecer um de seus sequestradores, como um dos policiais militares que trabalhavam como seguranças nas lojas de seu pai.

O Caso Liana Friedenbach e Felipe Caffé foi um crime ocorrido na zona rural de Embu Guaçu, região metropolitana de São Paulo, entre 1 e 5 de novembro de 2003 e que causou profunda indignação na sociedade brasileira, e reacendeu o debate a respeito da maioridade penal no Brasil. O crime consistiu na tortura e assassinato do jovem Felipe Silva Caffé (19 anos) e da menor Liana Bei Friedenbach (16) por Paulo César da Silva Marques, o "Pernambuco", Roberto Aparecido Alves Cardoso, menor infrator conhecido como "Champinha", Antônio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei nº 7197/02
– Medidas Sócio-Educativas a infratores

Caetano, Antônio Matias e Agnaldo Pires, além do estupro e tortura desta última por ambos os criminosos.

O crime que tirou a vida do menino Brayan ocorreu no início da madrugada de 28 de junho. Na ocasião, após invadirem a casa da família boliviana, os criminosos exigiram dinheiro. O casal Quiuchaca e outros parentes que estavam no local entregaram 4 500 reais, mas os assaltantes exigiram mais e passaram a fazer ameaças. Segundo os pais, aterrorizado com a cena, o menino Brayan começou a chorar. Em determinado momento, um dos invasores, apontado como Diego Campos, atirou na cabeça do menino. Os pais contaram que o garoto chegou a implorar para não morrer e chegou a entregar algumas moedas para os bandidos. Depois de cometerem o ato bárbaro, os assaltantes fugiram. Os pais de Brayan haviam chegado ao Brasil há apenas seis meses. O menino completaria seis anos no sábado seguinte.

Assim, em virtude da contribuição que nos será dada por estes familiares, para termos uma visão interna do problema abordado por esta Comissão Especial, solicitamos o apoio de nossos Pares para o presente requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2013.

Deputado **Abelardo Camarinha**
(PSB-SP)